



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**RAYANE RAMALHO SOARES DINIZ**

**POLÍTICAS SOCIAIS NA MINIZAÇÃO DA POBREZA:  
UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO**

**SÃO BENTO-PB  
2022**

RAYANE RAMALHO SOARES DINIZ

**POLÍTICAS SOCIAIS NA MINIZAÇÃO DA POBREZA:  
UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial á obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

**Orientadora:** Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves

**SÃO BENTO-PB  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D585p Diniz, Rayane Ramalho Soares.  
Políticas sociais na minização da pobreza [manuscrito] :  
um estudo bibliométrico / Rayane Ramalho Soares Diniz. - 2022.  
42 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal)  
- Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino  
Médio, Técnico e Educação a Distância , 2022.

"Orientação : Profa. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro  
Alves , Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à  
Distância."

1. Redução da pobreza. 2. Programas sociais. 3. Pobreza.

I. Título

21. ed. CDD 361

RAYANE RAMALHO SOARES DINIZ

**POLÍTICAS SOCIAIS NA MINIZAÇÃO DA POBREZA:  
UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial á obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Aprovada em: 05/12/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

KARLA ROBERTA  
CASTRO PINHEIRO  
ALVES:02726502423

Assinado de forma digital por  
KARLA ROBERTA CASTRO  
PINHEIRO ALVES 02726502423  
Dados: 2022.12.05 14:39:34 -03'00'

---

Profa. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Dra. Eliedna de Sousa Barbosa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Assinado digitalmente por JOSE LUIS DE  
SOUZA 02441053400  
DN: cn=JOSE LUIS DE SOUZA, o=2441053400, c=BR, ou=ICP-  
Brasil, ou=RFB e-CPP A3, email=jscamato@gmail.com  
Data: 2022.12.05 14:38:32 -03'00'

---

Me José Luís de Souza Leal.  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 e 2 – Pesquisa na base de dados Google acadêmico .....	22
Quadro 3 e 4 - Pesquisa na base de dados Scielo.....	29

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	10
	2.1 Pobreza .....	10
	2.2 Programas sociais .....	11
	2.3 Programas sociais e a redução da pobreza .....	16
3	METODOLOGIA DA PESQUISA .....	20
	3.1 Tipo de pesquisa .....	20
	3.2 Coleta de informação .....	20
	3.3 Critérios de inclusão e exclusão.....	21
	3.4 Análise dos resultados .....	21
4	RESULTADOS DA PESQUISA .....	22
	DISCUSSÕES .....	34
5	CONCLUSÃO.....	36
	REFERÊNCIAS.....	37

# POLÍTICAS SOCIAIS NA MINIZAÇÃO DA POBREZA: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Rayane Ramalho Soares Diniz<sup>1</sup>

## RESUMO

Os programas sociais, são programas de transferência de renda do governo federal, com o propósito de minimizar a pobreza de muitas famílias brasileiras. Neste sentido a pesquisa buscou realizar um estudo bibliométrico sobre os programas sociais e a sua contribuição para a redução da pobreza. Para alcançar esse objetivo, o presente estudo constituiu-se em uma revisão da literatura, do tipo sistemática, sobre os programas sociais e a redução da pobreza. Para tanto, foram utilizadas as bases de dados Scielo e Google Acadêmico, a partir dos seguintes descritores: “pobreza”, “programas sociais” e “programas sociais e a redução da pobreza”. Os resultados apontaram que existe vários estudos relacionados ao tema de pesquisa. Assim, podemos perceber a importância dos programas de transferência de renda para as famílias beneficiadas.

**Palavras-chave:** Pobreza; Programas sociais; Programas sociais e a redução da pobreza.

## ABSTRACT

Social programs are income transfer programs from the federal government, with the purpose of facing the poverty of many Brazilian families. In this sense, the research sought to carry out a bibliometric study on social programs and their contribution to poverty reduction. To achieve this objective, the present study constituted a systematic literature review on social programs and poverty reduction. For this purpose, the Scielo and Google Scholar databases were used, based on the following descriptors: “poverty”, “social programs” and “social programs and poverty reduction”. The results showed that there are several studies related to the research topic. Thus, we can see the importance of income transfer programs for beneficiary families.

**Keywords:** Poverty; Social programs; Social programs and poverty reduction.

\* Universidade Estadual Da Paraíba – UEPB. E-mail: [rayanediniz2@outlook.com](mailto:rayanediniz2@outlook.com)

## 1. INTRODUÇÃO

O Brasil sempre foi considerado um país extremamente desigual, estando no topo do ranking das nações com maior disparidade na distribuição de renda do mundo. No entanto, desde o início dos anos 2000 tem passado por significativa transformação em suas características distributivas, apresentando notável progresso em seus indicadores econômicos e sociais, principalmente no que diz respeito à concentração de renda e pobreza (BAPTISTELLA, 2020).

Os indicadores de pobreza adotados para medir o efeito simulado dos programas são aqueles utilizados habitualmente para medir a insuficiência de renda: proporção de pobres na população total; razão do hiato de renda, que dá uma medida da intensidade da pobreza; e, finalmente, o hiato quadrático, que pode ser entendido como um índice sintético de pobreza por levar em conta simultaneamente o número de pobres, a intensidade da pobreza e a desigualdade de renda entre os pobres (ROCHA, 2005).

Ainda na concepção de Rocha (2005), ao final de 2002, término do segundo mandato do presidente FHC, o Governo Federal tinha implementado diversos programas de transferência de renda, tendo aumentado paulatinamente o número de beneficiários e o dispêndio associado a este tipo de programa social. Embora assentados em benefícios com valores muito mais modestos que os repassados para a clientela atendida no escopo da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), os recém-implantados programas federais de transferência monetária parecem se constituir numa nova forma de ação contra a pobreza, com chances reais de permanência. O novo governo, ao anunciar logo no início de 2003 as transferências no âmbito do Fome Zero, e, no segundo semestre do mesmo ano, o programa Bolsa-Família, a pois em larga medida, nos programas preexistentes de pagamento de benefícios monetários diretamente às famílias.

Na segunda metade da década de 1990, foram criados novos programas de transferência de renda que podem ser entendidos como uma resposta do Governo Federal a diversas propostas de implantação de programas de transferência de renda, em face de um padrão de desigualdade de renda no país que tem se mantido elevada e praticamente inalterada sob as mais diferentes condições econômicas de curto e longo prazos. No caso específico do Bolsa-Escola, as múltiplas tentativas de implementação por iniciativa municipal tinham demonstrado a necessidade de



federalização do programa, já que a esmagadora maioria dos municípios não tinha capacidade financeira e operacional para garantir o seu funcionamento (ROCHA, 2015).

Quanto aos programas de transferência condicionada de renda, o Bolsa Família é apontado como o principal deles, sendo responsável por grande parcela do orçamento social do governo federal e visto como um dos instrumentos fundamentais para a redução das disparidades existentes no Brasil, uma vez que beneficia famílias pobres e extremamente pobres com o objetivo de combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional dos beneficiados (BAPTISTELLA, 2020).

Para Rocha (2005), a simulação das transferências de renda para os beneficiários dos programas resultou em uma redução relativamente modesta dos indicadores de pobreza. Os efeitos foram muito fracos em relação à proporção de pobres, na medida em que o valor da transferência, na maioria dos casos, não permite que a renda da família ultrapasse a linha de pobreza, afetando o indicador. Mesmo levando em conta o efeito combinado dos três programas (Bolsa-Alimentação, Bolsa-Escola e Auxílio-Gás), a proporção de pobres pouco declina — de 35% para 34% da população brasileira. Quando permanecem pobres após a imputação da transferência, todas as famílias beneficiárias apresentam, naturalmente, em função do benefício recebido, uma elevação da renda, que se aproxima do valor da linha de pobreza. Por esta razão, o efeito das transferências sobre a razão do hiato é mais acentuado que sobre a proporção de pobres.

Considerando a importância do estudo sobre os programas sociais e a redução da pobreza levanta-se como problema de pesquisa: *qual a relação existente os programas sociais e a redução da pobreza?* O interesse por esse problema de pesquisa surgiu pelo reconhecimento de que houve a redução da pobreza com os programas sociais. Ou seja, ainda que se esteja, cada vez mais, a pobreza existente no Brasil, os programas sociais foram criados com o mesmo objetivo, para ajudar na redução da pobreza.

Acredita-se, assim, que o estudo contribuirá positivamente com a comunidade acadêmica, promovendo uma importante discussão sobre o que ainda se coloca como desconhecido. Ao mesmo tempo, acredita-se que esta pesquisa poderá servir como fonte de conhecimento para outros profissionais que trabalham na área.

Visando responder à pergunta de pesquisa ora mencionada, foi proposto como objetivo geral realizar um estudo bibliométrico sobre os programas sociais e a sua contribuição para a redução da pobreza. Como objetivos específicos foram traçados: realizar o levantamento de trabalhos que abordem a relação entre os programas sociais e a redução da pobreza nas plataformas: Scielo e Google Acadêmico, analisar o que é proposto sobre a relação entre os programas sociais e a redução da pobreza em cada trabalho encontrado, e discutir como os programas sociais ajuda na redução da pobreza.

Para atingir tais objetivos, subdividimos o trabalho nas seguintes partes: Introdução; Fundamentação Teórica; Método; Resultados; Discussões e Conclusão, seguido das referências. Especificamente na Fundamentação Teórica, visando contemplar todo o alcance possível da pesquisa, foram subdivididas em: “pobreza” “programas sociais”, “programas sociais e a redução da pobreza” tomando por base os dados encontrados na revisão da literatura.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA**

### **2.1 Pobreza**

A pobreza na sua dimensão particular (evidentemente simplificadora) de insuficiência de renda, isto é, há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar per capita inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas. A magnitude da pobreza está diretamente relacionada ao número de pessoas vivendo em famílias com renda per capita abaixo da linha de pobreza e à distância entre a renda per capita de cada família pobre e a linha de pobreza (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2000).

A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Desse modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a essa medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor (BARROS, HENRIQUES, e MENDONÇA, 2001).

A identificação entre pobreza e políticas sociais, ou melhor dizendo, o entendimento de que a finalidade das políticas sociais é o combate e o enfrentamento das situações de pobreza é um enfoque frequente, mas cuja significação deve ser melhor avaliada tendo em vista a consolidação de um sistema de bem estar social (COUTO, 2009).

Para Barreto (2005), a possibilidade de intervenções públicas que tenham a intenção de reduzir a desigualdade, mesmo que prejudicasse o crescimento econômico. Apesar das políticas públicas redutoras de desigualdade serem algo importante e que não devam ser negligenciadas, não se pode desconsiderar a importância do crescimento da renda, pois a sociedade como um todo poderia até mesmo ter uma perda de bem-estar com políticas exclusivamente de redução de desigualdade.

Citado por Marinho, Linhares e Campelo (2011), um dos grandes desafios nacionais tem sido reduzir a pobreza frente à concentração de renda que tem

caracterizado o modelo econômico nacional. Embora a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza tenha caído substancialmente no Brasil nas últimas três décadas, ainda continua muito elevada quando se leva em consideração a renda per capita brasileira; países com renda per capita semelhante apresentam uma menor proporção de pobres. Na década de 1970, o resultado deveu-se principalmente às altas taxas de crescimento econômico, mas ainda assim não conseguiu equacionar problemas referentes à pobreza e às desigualdades sociais (ROCHA, 2006).

Ressalta que a pobreza absoluta pode ser reduzida tanto pelo crescimento da renda como por melhoria na sua distribuição, porém, existe consenso de que a redução da desigualdade de renda deve ser enfatizada. Isso porque o crescimento da renda sem redução da desigualdade significa transferir para um horizonte futuro a eliminação da pobreza absoluta no país (MARINHO, LINHARES e CAMPELO, 2011).

## **2.2 Programas Sociais**

No ano de 2001, segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, foram criados diversos programas sociais pelo governo federal, com o intuito de auxiliar as famílias pobres a melhorarem sua qualidade de vida. Esse trabalho trata do caso específico da criação e desenvolvimento do programa auxílio-gás, que teve origem em janeiro de 2002 com o objetivo de auxiliar as famílias de baixa renda que perderam com o fim do subsídio ao preço do gás liquefeito de petróleo. A necessidade de compensar as famílias de baixa renda decorre do grande impacto sobre os preços do GLP para o consumidor devido a desregulamentação do setor de petróleo e eliminação dos subsídios que ocorreu em 2001 (BIAZOTTO e NETO, 2004).

O objetivo principal do programa, subsidiar o preço do gás liquefeito de petróleo às famílias de baixa renda. Para efeito do mesmo, foi necessário inicialmente fazer uma identificação na população da razão de famílias potenciais beneficiárias. Para tal, foi criado pelo governo um sistema de cadastramento único, que atribuía um perfil ao público alvo que deveria ser preenchido para que a família fosse cadastrada e tivesse direito ao benefício do “auxílio-gás” ((BIAZOTTO e NETO, 2004).

Na medida em que os programas de transferência de renda em questão— Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás — se desenvolveram essencialmente a partir de 2001, optou-se por utilizar nestes primeiros exercícios de simulação as informações da PNAD 1999, quando as rendas das famílias não se encontravam ainda afetadas pelas transferências desses programas federais. Com base no nível

de renda das famílias naquele ano, verificou-se o efeito que teria a política federal de transferências se cada programa individualmente e todos em conjunto operassem de forma a atender inteiramente à sua clientela potencial definida segundo os critérios estabelecidos para cada um (ROCHA, 2005).

No Brasil, a partir de 1994, iniciou-se um programa de transferência de renda condicionada à frequência escolar. Criado pelo governador Cristóvam Buarque no Distrito Federal, o Programa Bolsa Escola distribuía benefício mensal no valor de um salário mínimo para as famílias que mantivessem suas crianças no sistema escolar. Em 1998, o programa beneficiou 26 mil famílias, uma cobertura aproximada de 80% do público-alvo potencial de famílias com renda por pessoa inferior a meio salário mínimo — R\$ 75,00, na época. Graças ao seu sucesso e reduzido custo, o Bolsa Escola passou a ser aplicado em diversos municípios do país; no entanto, a ineficácia na implantação, execução e monitoramento do programa fez com que os objetivos propostos não fossem plenamente atingidos (CACCIAMALI, TATTEI e BATISTA, 2010).

Segundo Silva e Silva (2010), dando prosseguimento às medidas de políticas públicas de enfrentamento à pobreza, em junho de 2001, foi criado o Fundo de Combate à Pobreza. Esse Fundo passou a financiar programas de transferência de renda associados à educação e a ações de saneamento, consideradas áreas de maior impacto sobre a pobreza. Os programas de transferência de renda passam a constituir o eixo central da proteção social no país, com ampliação de programas federais, como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação.

A partir de 2001, as medidas tomadas em relação aos programas BolsaEscola e Bolsa-Alimentação demonstram o reconhecimento da necessidade de que o Governo Federal arcasse com a totalidade do ônus financeiro e tomasse para si as responsabilidades de gestão dos programas, em particular no que concerne ao controle da população atendida e ao pagamento dos benefícios (ROCHA, 2005).

Em 2001, consolidando experiências municipais e objetivando o combate à evasão escolar e trabalho infantil entre as famílias carentes, o governo federal lançou o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação — Bolsa Escola ou Programa Bolsa Escola Federal. O programa passa a agregar as famílias com crianças de idade entre 6 e 15 anos, matriculadas em estabelecimentos de ensino que apresentassem frequência escolar de 85% ou mais. O limite de renda por pessoa da

família foi definido pelo Poder Executivo em cada exercício, e o valor pago era de R\$ 15,00 por beneficiário, com até três beneficiários por família (CACCIAMALI, TATTEI e BATISTA, 2010).

Em 2003, o Poder Executivo federal reuniu um conjunto de programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás, e Cartão-Alimentação) sob o Programa Bolsa Família (PBF). Beneficiando-se da existência do Cadastro Único (CadÚnico), atualmente o PBF é o maior programa de transferência de renda no Brasil, destinado às famílias que dispõem de baixos recursos, prevendo contrapartidas de acompanhamento da saúde e estado nutricional das gestantes e dos filhos, matrícula e 85% de frequência escolar de crianças na idade entre 7 e 15 anos, e a participação em programas de educação alimentar. Em outubro de 2008, o PBF transferiu às famílias pobres — renda familiar por pessoa de até R\$ 120,00 — o valor de R\$ 20,00 para cada criança entre 0 e 15 anos de idade, até o limite de três benefícios por família, além de um benefício variável no valor de R\$ 30,00 para cada jovem de 16 e 17 anos que frequenta a escola — limitado a dois benefícios por família. Além desse benefício variável, as famílias extremamente pobres — renda por pessoa de até R\$ 60,00 — têm direito ao recebimento de um benefício fixo, no valor de R\$ 62,00 (CACCIAMALI, TATTEI e BATISTA, 2010).

Enquanto o Bolsa-Escola beneficiava as famílias de baixa renda com crianças em idade escolar (de 6 a 15 anos), o Bolsa-Alimentação atendia àquelas na faixa etária de até 7 anos. Os dois programas tinham diversos traços comuns: utilizavam para delimitação da população-alvo um critério de renda, a saber, renda familiar per capita abaixo de meio salário mínimo; ancoravam o programa em unidades do serviço público, respectivamente, rede escolar e de saúde; e realizavam pagamento mensal diretamente ao beneficiário (preferencialmente a mãe da família) por meio de cartão magnético. Em ambos os casos o benefício era de R\$ 15 por criança, no limite de três benefícios — isto é, R\$ 45 — por família (ROCHA, 2005).

O Auxílio-Gás tem origem diversa da desses dois programas. O objetivo foi o de direcionar para a população de baixa renda, como transferência monetária, os valores correspondentes ao subsídio — via preço, de caráter universal — ao consumo de gás de cozinha, que foi eliminado no início de 2001. O critério de renda para definição da população-alvo era o mesmo dos dois programas já mencionados — meio salário mínimo per capita mas não existia qualquer restrição quanto à composição da

família, de modo que o número de famílias potencialmente beneficiárias do programa era bem superior ao daquelas que receberiam o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação. O benefício era de R\$ 7,5/mês por família, pago bimestralmente (ROCHA, 2005).

Para Cruz (2014), no que tange a situação desprovida de milhares de famílias - econômica e socialmente - é quase impensável não considerar o Programa Bolsa Família como um marco. Implementado em 2004, teve em junho de 2011 aproximadamente 13 milhões de famílias pobres beneficiadas pela transferência direta de renda condicionada. Deu continuidade a outros programas federais, centralizando em seu escopo os antigos programas “Bolsa Escola”, “Auxílio Gás” e o “Cartão Alimentação”, integrando o conjunto de políticas Fome Zero, que tem como objetivo: “assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome”.

Nesse processo de construção de políticas públicas para enfrentamento da pobreza no Brasil, o ano de 2003, quando se iniciou seu primeiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), no discurso de posse, comprometeu-se a enfrentar a fome e a pobreza no país. Para isso, anunciou como principal estratégia o Fome Zero. No âmbito dessa estratégia, os programas de transferência de renda assumem cada vez mais a centralidade para o enfrentamento da pobreza, sendo criado o Bolsa Família, em 2003 (SILVA e SILVA, 2010).

Em 2003, a luta para erradicar a fome no Brasil foi transformada numa importante e arrojada iniciativa na agenda política nacional. Desde o início, durante o governo do Presidente Lula da Silva, esse objetivo iria nortear a visão do Governo Federal. O Fome Zero era uma estratégia holística, não uma atividade pública isolada, voltada para a população como um todo (sem focar num alvo específico). Era composto por conjuntos de programas e medidas implementadas entre 2003 e 2010, e foi tão bem-sucedido que o Brasil se tornou referência internacional em políticas de segurança alimentar e de redução da pobreza (DELGROSSI, DAHLET e CEOLIN, 2019)

O combate à fome e à pobreza passou a ser uma das principais prioridades da agenda do governo. Segundo esses objetivos nortearam a política macroeconômica do país. Por último, um sistema abrangente de segurança alimentar e nutricional foi desenvolvido com o desenvolvimento de novas políticas e marcos legais e

institucionais que ofereciam uma base política sólida para que o programa pudesse ser implementado. A mobilização da sociedade civil em torno da questão, que notadamente resultou no reestabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), foi também uma força propulsora fundamental dessa agenda (DELGROSSI, DAHLET e CEOLIN, 2019).

Em 2000 foram implementados os primeiros programas federais de transferência de renda. A criação do Programa Bolsa Família (PBF) tem origem na unificação de outros programas não contributivos, a saber: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Alimentação, todos criados no período 2001- 2003. Ao se constituir o Programa Bolsa Família, não apenas se racionalizou o provimento de um mecanismo de transferência de renda na sociedade brasileira, como também se consolidou uma forma de benefício não vinculado aos riscos inerentes às flutuações do mercado de trabalho, uma forma de enfrentar o problema da pobreza para parcela da população trabalhadora ou não. Os critérios de elegibilidade do PBF dependiam da condição de renda das famílias e, entre as condicionalidades para sua permanência no programa, estava o cumprimento de certas tarefas relacionadas à frequência escolar e aos cuidados com a saúde de seus membros (CASTRO e MODESTO, 2010).

De acordo com Nunes e Mariano (2015), criado em 2003 pelo governo federal, o Bolsa Família unificou programas sociais existentes na época, como o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação, o Bolsa Escola e o Auxílio Gás. O programa tornou-se a principal política de transferência direta de renda do governo federal para as famílias que estão em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Para receber os benefícios, as famílias devem inscrever-se no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico). São classificadas como pobres aquelas famílias que têm renda per capita inferior a R\$ 154,00 e, como extremamente pobres aquelas que têm renda per capita inferior a R\$ 77,00.

Atualmente, para Figueiredo (2022), o Auxílio Brasil está ampliando consideravelmente a rede de proteção social brasileira e o estabelecimento do valor mínimo para o benefício em R\$ 400 vem protegendo os beneficiários das perdas de renda registradas em virtude da crise sanitária. Em particular, os dados da Secretaria de Administração de Gestão da Informação (Sagi) do Ministério da Cidadania demonstram que foram incluídas mais de 3,8 milhões de famílias no Programa Auxílio



Brasil até maio de 2021. Esse número supera em três vezes o aumento do número de famílias pobres em decorrência da covid-19 (Figueiredo, 2022). Ademais, o reajuste no valor do benefício (valor mínimo de R\$ 400) possibilitou um aumento de recursos na ordem de R\$ 25,1 bilhões, só nos primeiros cinco meses de 2022 em relação ao mesmo período de 2019. A título comparativo, entre 2019 e 2021, a perda de renda do trabalho estimada para os 10% mais pobres em decorrência da covid-19 foi de R\$ 10,4 bilhões.

### **2.3 Programas sociais e a redução da pobreza**

Segundo Resende e Oliveira (2008), os programas sociais têm como finalidade prover assistência no curto prazo para as famílias pobres e assim atenuar a pobreza corrente. Ao mesmo tempo, propiciam o investimento no desenvolvimento de capital humano através das condicionalidades do recebimento do benefício, combatendo, no longo prazo, a pobreza futura. Outros objetivos menos explícitos, mas não menos importantes, incluem a melhoria do bem-estar das famílias, inclusive a redistribuição de renda e a promoção da inclusão social.

Estes programas têm como finalidade atenuar a pobreza corrente e combater a pobreza futura condicionando as transferências à participação no sistema formal de ensino; alguns apresentam, ainda, outras condicionalidades geralmente associadas a saúde e alimentação. Tais programas são também conhecidos como programas condicionais de transferências de renda (RESENDE e OLIVEIRA, 2008).

O impacto do programa de transferência de renda do governo federal Bolsa Família sobre a incidência de trabalho infantil e a frequência escolar das crianças, duas opções que se encontram intrinsecamente correlacionadas no caso dos jovens. A justificativa desta proposta relaciona-se à constatação de que, apesar do aumento dos gastos sociais no Brasil e de sua efetividade, a curto prazo, no combate à pobreza crônica, não há evidências de redução significativa do trabalho infantil entre as crianças das famílias pobres, o que sugeriria a necessidade de aprimoramento desses programas (CACCIAMALI, TATTEI e BATISTA, 2010).

Segundo Cohn (2004), somente a partir do final da primeira metade da década de 90 que as políticas sociais passam a ser formuladas levando-se em conta a pobreza enquanto uma questão social, e coincidindo com experiências prévias de governos municipais com programas de transferência de renda, que precedem programas federais similares como por exemplo os programas Bolsa Escola e Bolsa

Alimentação, dentre outros. Mas é a partir de 2003 que se registra a tendência de a questão social da pobreza e da desigualdade adquirir um papel mais acentuado na agenda pública, seja em torno das políticas macroeconômicas, seja em torno de metodologias de se diagnosticar e medir a pobreza e a desigualdade social, seja em torno dos programas de combate à pobreza que vêm sendo implementados, como o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família.

Em 2003 se inicia o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva que, desde o discurso de sua posse, propõe-se a enfrentar a fome e a pobreza no país. Para isso, anuncia como principal estratégia o Fome Zero, propondo superar a falta de políticas de geração de emprego e renda; o desemprego crescente e a concentração de renda enquanto determinantes do baixo consumo de alimentos e, conseqüentemente, da expansão da pobreza (SILVA, 2003). No âmbito do Fome Zero, os Programas de Transferência de Renda assumem cada vez mais a centralidade para o enfrentamento da pobreza, destacando-se, o Bolsa Família como o maior Programa dessa natureza na atualidade (SILVA E SILVA, 2005).

Os Programas de Transferência de Renda são postos para definir uma compensação financeira para famílias pobres poderem permitir que seus filhos possam frequentar a escola, ir ao posto de saúde e os adultos possam participar de cursos de alfabetização, de formação profissional e outras ações de modo a criar condições para que o grupo familiar consiga romper com o ciclo reprodutor da pobreza. O objetivo, por conseguinte, dos Programas de Transferência de Renda é possibilitar uma articulação entre a medida compensatória de transferência monetária com ações estruturais, no campo da educação, saúde e trabalho tendo em vista possibilitar a autonomização de famílias pobres (SILVA E SILVA, 2005).

Para Pires (2013), o Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência de renda condicionada do governo federal, foi implantado pelo governo federal em 2003 com o propósito de enfrentar a pobreza articulando ações em dois períodos temporais. Em curto prazo, a transferência de dinheiro a famílias pobres teria o intuito de aliviar os efeitos imediatos da pobreza, a elas propiciando a condições para aquisição de bens e serviços básicos para a sua subsistência. Em longo prazo, as condicionalidades previstas, notadamente aquelas vinculadas à educação, teriam como propósito enfrentar os mecanismos de reprodução da pobreza. Em relação à educação, a exigência de frequência escolar mínima, para crianças e jovens de

famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, foi estabelecida com intuito de romper o chamado ciclo intergeracional da pobreza. Neste entendimento, o incremento da frequência escolar de crianças e jovens de famílias pobres promover melhores condições para que essas pessoas ingressem no mercado de trabalho, quando adultas, aumentando a renda e, conseqüentemente, fazendo com que saiam da condição de pobreza em relação à geração de seus pais.

Segundo Campello (2013), o Bolsa Família tinha como objetivo contribuir para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras premidas pela miséria, com alívio imediato de sua situação de pobreza e da fome. Além disso, também almejava estimular um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo pelos serviços de saúde e ajudar a superar indicadores ainda dramáticos, que marcavam as trajetórias educacionais das crianças mais pobres: altos índices de evasão, repetência e defasagem idade-série. Pretendia, assim, contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.

O PBF, instalou-se um amplo debate acerca de seu potencial para reduzir a pobreza e promover queda na desigualdade de renda existente no Brasil. Inúmeros estudos mostram que a ampliação do programa e a vinculação de outras transferências de renda ao salário mínimo tiveram efeito importante tanto na redução da pobreza quanto na queda da desigualdade. (CASTRO e MODESTO, 2010).

O Bolsa Família visa alcançar três eixos: o primeiro refere-se à transferência imediata de renda, com o objetivo de aliviar as famílias que estão na condição de pobreza e na de extrema pobreza; o segundo concentra-se nas condições requeridas para recebimento e manutenção dos benefícios, que fortalecem o acesso aos direitos sociais básicos das crianças e dos jovens nas áreas de educação, saúde e assistência social; e o terceiro eixo possibilita que as crianças e os adolescentes em situação de vulnerabilidade não retornem ao trabalho infantil (NUNES E MARIANO, 2015).

Esses programas de transferência de renda apresentam três principais estratégias: prevenção, enfrentamento e suavização da pobreza. Segundo Ravallion (2001), as estratégias de enfrentamento são orientadas para atenuar o impacto do risco ao qual as pessoas ou comunidades pobres estão expostas, uma vez que a situação de pobreza já existe. As estratégias de suavização e prevenção, por sua vez, são adotadas para diminuir os riscos futuros (DUARTE, SAMPAIO E SAMPAIO, 2009).

Segundo Figueiredo (2022), estimou a variação na pobreza brasileira em decorrência do choque adverso causado pela covid-19. Em resumo, ao comparar a pobreza de 2019 com a de 2021, concluiu-se que houve um aumento moderado de 1,38 ponto percentual, na proporção de pobres entre os dois anos, o que corresponde a pouco menos de 1 milhão de famílias. De toda forma, o crescimento na taxa de pobreza ficou muito aquém do projetado no início da crise sanitária por organizações internacionais e pesquisadores, que previram um aumento da pobreza de 5 milhões de famílias. Ademais, a nota também demonstrou que o mecanismo de zeragem da fila adotado pelo Auxílio Brasil mais do que compensou esse aumento na demanda por programas sociais gerado pela covid-19.

Não obstante o Programa Auxílio Brasil ter elevado de forma expressiva o número de beneficiários e a transferência de recursos às famílias, um importante questionamento que pode ser feito é se o aumento desse repasse compensou a queda de renda do trabalho daquelas famílias. Para se verificar isso, são utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua acumulada na quinta entrevista para 2019 e 2021, com valores reais para dezembro de 2021 de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Só assim será possível mensurar o efeito da pandemia sobre os rendimentos das famílias mais pobres no Brasil. Esses dados são confrontados com os ganhos de renda advindos do reajuste do valor pago pelo Auxílio Brasil com a perda de renda do trabalho. O foco, portanto, será na parcela das famílias 10% mais pobres (FIGUEIREDO, 2022).

Sabe-se que a identificação dos efeitos de programas de transferência de renda sobre a oferta de trabalho demanda uma estrutura complexa de dados e um conjunto de modelos econométricos capazes de estabelecer relações causais. Apesar disso, procura-se fazer aqui uma exploração inicial dos dados disponíveis apresentando a relação entre a geração de empregos observada no Caged de janeiro a maio de 2022 e a variação na quantidade de famílias assistidas pelo Auxílio Brasil por região no mesmo período. Pode-se notar que, em todas as regiões do país, houve uma relação diretamente proporcional na quantidade de empregos formais gerados e famílias acrescidas ao Auxílio Brasil, com destaque para as regiões Sul e Centro-Oeste, com 812 e 640 novos empregos formais para cada mil famílias incluídas no Auxílio Brasil, respectivamente. Desta forma, a inclusão de novas famílias ao programa parece não interferir na dinâmica do mercado de trabalho formal (FIGUEIREDO, 2022).

O intuito de verificar o efeito potencial dos programas federais de transferências de renda criados nos últimos anos, utilizando dados das PNADs de 1999 e 2002, fez simulações de impacto caso os programas fossem aplicados à totalidade da população-alvo. O primeiro conjunto de simulações revelou o efeito relativamente modesto dos programas do governo FHC – Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás – sobre os indicadores de pobreza. As simulações das transferências de renda associadas aos programas do governo Lula – Fome Zero e Bolsa-Família – mostraram efeitos mais acentuados que os programas daquele primeiro (MARINHO, LINHARES e CAMPELO, 2011).

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

#### **3.1 Tipo de pesquisa**

A revisão da literatura é uma parte vital do processo de investigação. Aquela envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação relacionada com a sua área de estudo; é, então, uma análise bibliográfica pormenorizada, referente aos trabalhos já publicados sobre o tema (BENTO, 2012). Isso é realizado através da identificação dos artigos existentes sobre o tema, nesse caso, os programas sociais, chegando à identificação dos pontos necessários as futuras investigações e ao desenvolvimento de pesquisas.

A revisão aqui foi do tipo sistemática, que corresponde a um tipo de investigação científica que tem por objetivo reunir, avaliar criticamente e conduzir uma síntese dos resultados de estudos. Ela também objetiva responder a uma pergunta claramente formulada, utilizando métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar e avaliar as pesquisas relevantes, coletar e analisar dados de estudos incluídos na revisão (CORDEIRO, 2007).

#### **3.2 Coleta de informação**

A coleta dos dados foi realizada em plataformas on-line, a partir da combinação das palavras-chave: pobreza; programas sociais; os programas sociais e a redução da pobreza. Para tanto, foi posta como questão norteadora a seguinte interrogação: *qual a relação existente os programas sociais e a redução da pobreza?*

O período de coleta compreendeu o mês de julho de 2022, sendo complementada em novembro de 2022. Para a seleção dos artigos foram utilizados

como base de dados: o SCIELO – Scientific Electronic Library Online; e o GOOGLE ACADÊMICO.

A partir dessas plataformas foram selecionados os textos da revisão com base em critérios de inclusão e exclusão descritos no tópico subsequente. Uma vez selecionados, passamos a revisão propriamente dita.

### **3.3 Critérios de inclusão e exclusão**

Diante dos artigos encontrados a partir das buscas dos descritores, foram elencados alguns critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão utilizados foram: artigos publicados nos últimos vinte e dois anos, ou seja, no período de 2000 a 2022, que estivessem escritos no idioma português (brasileiro) e que estivessem disponíveis integralmente na plataforma on-line.

Como critérios de exclusão: foram desconsiderados os artigos que não tratassem da relação entre os programas sociais e a redução da pobreza; que estivessem fora do período estabelecido e não fossem em português ou não estivessem integralmente disponíveis.

### **3.4 Análise dos resultados**

Após a leitura atenta dos resumos dos artigos, foram feitas novas seleções com o intuito de elencar resultados e seguir para as análises. Nesse processo, aquelas produções que atenderam aos critérios elencados para o estudo e foram selecionados a partir de seus resumos, passaram a ser lidos na íntegra.

Ao final das leituras, com um arrazoado de dados sobre as pesquisas realizadas nos últimos vinte e dois anos, passou-se a apresentação dos resultados e discussões. Esses dois últimos pontos foram realizados de forma descritiva e analítica, com o objetivo de identificar qual a relação existente entre os programas sociais e a redução da pobreza, com vistas a apontar quais os caminhos necessários a futuras pesquisas.

Esse processo contou com a elaboração de um quadro sinóptico com os seguintes itens: título, ano de publicação, autores, base de dados, objetivo do estudo, resultados e conclusão para texto encontrado.

#### 4. RESULTADOS DA PESQUISA

Após a leitura cuidadosa do material foram utilizados 24 artigos para realizar o estudo, respeitando os critérios definidos para a pesquisa. A análise foi feita a partir de uma leitura criteriosa dos resumos e dos textos integrais. A redução expressiva na quantidade de artigos justifica-se pela repetição dos materiais nas diferentes bases. Para análise do material, um quadro sinóptico auxiliou a melhor identificação dos estudos que foram desenvolvidos na área proposta, com as devidas palavras-chave.

Com relação aos anos de publicações, identificou-se artigos publicados nos últimos vinte dois anos. Os temas dos estudos estão relacionados aos programas sociais e redução da pobreza.

##### 4.1 Pesquisa na base Google acadêmico

Como mostra nos quadros abaixo, na base de dados google acadêmico, foram encontrados 109 artigos sobre a pobreza, programas sociais e os programas sociais e a redução da pobreza, onde foram utilizados 15 artigos dos últimos vinte e dois anos.

**Quadro 1 e 2:** Esquema sinóptico com síntese das referências encontradas na base de dados Google acadêmico

Base de dados	Artigos encontrados	Artigos selecionados
Google acadêmico	Foram encontrados na base de dados google acadêmico 109 artigos relacionados ao tema de pesquisa, usando as palavras-chave correspondente.	Foram selecionados na base de dados google acadêmico 15 artigos por estarem diretamente relacionados ao assunto e ao tema de pesquisa.

Título/Ano	Autores	Objetivo	Resultados/ Conclusão	Site
Crescimento econômico, pobreza e desigualdade de renda: o que sabemos sobre eles?  (2005)	BARRETO, Flávio Ataliba Flexa Daltro.	Da ênfase a uma parte da literatura que discute a relação entre crescimento e desigualdade, focalizando especialmente o impacto potencial que o crescimento tem sobre a desigualdade e vice-versa.	No entanto seus efeitos são mais potencializados sobre os mais pobres quando eles são acompanhados por políticas redistributivas. Por outro lado, alta desigualdade é por si só um grande empecilho para a redução da pobreza que tem uma grande	<a href="https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1125/1/2005_art_fabarreto.pdf">https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1125/1/2005_art_fabarreto.pdf</a>

			tendência em se perpetuar se nada for feito.	
A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.  (2001)	BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUE, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto.	Trata-se de um relato empírico e descritivo, que retrata a realidade da pobreza e da desigualdade. Nossa hipótese central, presente em estudos anteriores, é que, em primeiro lugar, o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres.	É imperativo reduzir a desigualdade tanto por questões morais como por motivações relativas à implementação de políticas eficazes para erradicar a pobreza. A tradição brasileira, contudo, tem reforçado a via única do crescimento econômico, sem gerar, como vimos, resultados satisfatórios sobre a redução da pobreza.	<a href="http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf">http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf</a>
Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda.  (2005)	ROCHA, Sonia	Os exercícios apresentados a seguir têm como objetivo verificar o alcance dos programas federais de transferência de renda já em execução antes de 2003, criados, portanto, no governo anterior, assim como o dos programas criados pelo novo governo, caso atendessem à totalidade da clientela-alvo de cada programa.	Os resultados que serão apresentados não medem o efeito de fato dos programas sobre a incidência de pobreza do ponto de vista da renda, já que os dados das pesquisas domiciliares de cobertura nacional não permitem identificar a ocorrência dessas transferências para as famílias, isto é, não permitem verificar a focalização das transferências.	<a href="file:///D:/P%C3%93S%20DE%20GEST%C3%83O%20OP%C3%9ABLICA/ARTIGOS%20GOOGLE%20ACADEMICO/19851-46241-1-SM%20(3).pdf">file:///D:/P%C3%93S%20DE%20GEST%C3%83O%20OP%C3%9ABLICA/ARTIGOS%20GOOGLE%20ACADEMICO/19851-46241-1-SM%20(3).pdf</a>
Avaliação de programas sociais: uma análise do impacto do Programa Bolsa Família	BAPTISTELLA Juliana Carolina Frigo.	Este trabalho tem por objetivo realizar uma avaliação de impacto do PBF no consumo de alimentos das famílias	Os resultados esperados pela aplicação desta política pública seria o aumento da demanda por alimentos, especialmente da	<a href="https://rbaval.org.br/articulo/10.4322/rbma201203003/pdf/1598015026-3-26.pdf">https://rbaval.org.br/articulo/10.4322/rbma201203003/pdf/1598015026-3-26.pdf</a>



<p>sobre o consumo de alimentos e status nutricional das famílias.</p> <p>(2020)</p>		<p>beneficiadas, com a intenção de descobrir em que medida esse programa colabora para a segurança alimentar das famílias pobres e extremamente pobres no Brasil.</p>	<p>cesta básica, pelas famílias mais vulneráveis da população. Esse processo levaria a uma redução dos problemas decorrentes da insegurança alimentar e, conseqüentemente, auxiliaria na quebra dos mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza no País.</p>	
<p>Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil.</p> <p>(2004)</p>	<p>COHN, Amélia.</p>	<p>A questão da pobreza tem como núcleo lógico e principal preocupação os desafios para mensurá-la de maneira precisa, e como consequência no geral remete ou fundamenta formulações políticas e programas regidos pela ótica da sua eficiência em atingir seu alvo público- os pobres e os extremamente pobres.</p>	<p>Trata-se de introduzir na agenda pública a dimensão do bem estar e da justiça social da ótica do acesso a condições concretas que garantam uma efetiva qualidade de vida dos indivíduos, dentre elas sua autonomia enquanto cidadãos portadores de direitos, e por consequência sua autonomia frente ao Estado.</p>	<p><a href="https://www.ces.uc.pt/la_b2004/pdfs/acohn.pdf">https://www.ces.uc.pt/la_b2004/pdfs/acohn.pdf</a></p>
<p>Uma avaliação dos impactos potenciais do " auxílio-gás".</p> <p>(2004)</p>	<p>BIAZOTTO, Ana Lúcia; NETO, Francisco Anuatti.</p>	<p>O objetivo desse trabalho é avaliar o programa auxílio-gás quanto ao grau de cobertura e eficiência econômica e distributiva. O estudo abrange as regiões metropolitanas investigadas na Pesquisa de Orçamentos</p>	<p>Esse trabalho permite avaliar a decisão do governo de optar por uma política focalizada ao invés de uma universal para com as famílias de baixa renda e, também saber que a política adotada de focalização se mostra mais eficaz devido ao menor custo e também pelo benefício</p>	<p><a href="https://www.researchgate.net/profile/Francisco-Anuatti-Neto/publication/281593816_UMA_AVALIACAO_DOS_IMPACTOS_POTENCIAIS_DO_AUXILIO-GAS/links/55ef560508ae_f559dc44c928/UMA-AVALIACAO-DOS-IMPACTOS-POTENCIAIS-DO-AUXILIO-GAS.pdf">https://www.researchgate.net/profile/Francisco-Anuatti-Neto/publication/281593816_UMA_AVALIACAO_DOS_IMPACTOS_POTENCIAIS_DO_AUXILIO-GAS/links/55ef560508ae_f559dc44c928/UMA-AVALIACAO-DOS-IMPACTOS-POTENCIAIS-DO-AUXILIO-GAS.pdf</a></p>

		Familiares do IBGE de 1996, avaliando o perfil do consumo de GLP dos domicílios de cada região.	líquido proporcionado pela bolsa.	
O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social.  (2009)	COUTO, Berenice Rojas et al.	Retomar a necessidade de autonomia no diagnóstico, nas propostas de atendimento e no reconhecimento das diferenças regionais – na apresentação das expressões da questão social, principalmente nas formas de resistência da população.	Dentro do sistema, torna-se relevante a questão da territorialidade, não como espaço apenas geográfico de concentração da pobreza, mas como espaço onde existe vida, contradições, resistências, passividade, que precisa ser resgatado para que a assistência social identifique não só as carências da população como também as formas de resistência por ela engendradas.	<a href="https://www.researchgate.net/profile/Roberto-Rodrigues-5/publication/329360551_A_centralidade_da_informacao_no_campo_das_politicas_publicas/links/5c0440c692851c63cab5f793/A-centralidade-da-informacao-no-campo-das-politicas-publicas.pdf#page=200">https://www.researchgate.net/profile/Roberto-Rodrigues-5/publication/329360551_A_centralidade_da_informacao_no_campo_das_politicas_publicas/links/5c0440c692851c63cab5f793/A-centralidade-da-informacao-no-campo-das-politicas-publicas.pdf#page=200</a>
A Estratégia Fome Zero do Brasil.  (2019)	DELGROSS, Mauro et al.	Os programas e medidas implementadas entre 2003 e 2010, e foi tão bem-sucedido que o Brasil se tornou referência internacional em políticas de segurança alimentar e de redução da pobreza.	Os resultados positivos se tornaram evidentes nos indicadores sociais e econômicos destes anos. Houve aumento na remuneração e nos salários, declínio nas taxas de pobreza e desigualdade, como também quedas nas taxas de mortalidade.	<a href="https://ifz.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Do-Fome-Zero-ao-Hunger.pdf#page=28">https://ifz.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Do-Fome-Zero-ao-Hunger.pdf#page=28</a>
Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.  (2010)	CASTRO, Jorge Abrahão de Organizador; MODESTO, Lúcia Organizador.	Ao se constituir o Programa Bolsa Família, não apenas se racionalizou o provimento de um mecanismo de transferência de renda na sociedade brasileira, como	Após 2003, porém, a conjugação da retomada do crescimento econômico com a expansão dos programas de transferência de renda – e de aumento real expressivo do	<a href="http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3246/1/livro_bolsafamilia_2003-2010_vol2.pdf">http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3246/1/livro_bolsafamilia_2003-2010_vol2.pdf</a>

		também se consolidou uma forma de benefício não vinculado aos riscos inerentes às flutuações do mercado de trabalho, uma forma de enfrentar o problema da pobreza para parcela da população trabalhadora ou não.	salário mínimo – promoveu significativa expansão (5% reais ao ano) da renda domiciliar per capita.	
Programa Auxílio Brasil: ampliação da cobertura, reajuste do valor do benefício e as suas interações com o mercado de trabalho formal.  (2022)	FIGUEIREDO, Erik Alencar	Demonstrou que o mecanismo de zeragem da fila adotado pelo Auxílio Brasil mais do que compensou esse aumento na demanda por programas sociais gerado pela covid-19.	Os resultados preliminares encontrados sugerem que a interação entre o aumento do número de beneficiários e a dinâmica do mercado de trabalho formal se dá de forma harmônica.	<a href="http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11229/1/n_10_Programa_Auxilio_Brasil.pdf">http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11229/1/n_10_Programa_Auxilio_Brasil.pdf</a>
Os programas de transferência de renda e a Pobreza no Brasil: superação ou regulação?.  (2005)	SILVA, Maria Ozanira da Silva.	É de que a pobreza no Brasil é estrutural e decorre, sobretudo, da elevada concentração de renda e que só a articulação da Política Social com a Política Econômica seria capaz de alterar o quadro social do país.	Análise permite seja desenvolvida uma problematização em torno de suas potencialidades, impotencialidades e desafios, mais especificamente considerando o enfrentamento da pobreza, foco central desse trabalho, aspectos esses a serem considerados pelos formuladores, gestores e implementadores desses Programas.	<a href="https://repositorio.ufma.br/jspui/bitstream/1/165/1/OS%20PROGRAMAS%20DE%20TRANSFERENCIA%20DE%20RENDAS%20E%20A%20POBREZA%20NO%20BRASIL.pdf">https://repositorio.ufma.br/jspui/bitstream/1/165/1/OS%20PROGRAMAS%20DE%20TRANSFERENCIA%20DE%20RENDAS%20E%20A%20POBREZA%20NO%20BRASIL.pdf</a>

<p>Programa Bolsa Família: Aproximações e Potencialidades.</p> <p>(2014)</p>	<p>DA CRUZ, Luciana Ramirez.</p>	<p>Assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.</p>	<p>Programa Bolsa Família há possibilidade de repensar as relações de gênero, principalmente em sua potencialidade de desestabilizar os arranjos e as reproduções sociais ancoradas na dicotomia público/privado, permitindo que as mulheres dessas famílias beneficiárias circulem por outros lugares além dos já fadados historicamente a elas.</p>	<p><a href="https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34465804/Programa_Bolsa_Familia_Aproximacoes_e_Potencialidades-libre.pdf?1408306342=&amp;response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPrograma_Bolsa_Familia_Aproximacoes_e_Po.pdf&amp;Expires=1668629929&amp;Signature=V8lzhHcWg8fFU74j6lf6vrOPYHWgzvvSQAsUO70WrtfXC4c03LnKz7C-SL11KuR5fYMWkPTRZTnaIdrE7V0A6HFSaHtsqhlN3mARM6YP9I2SmiquuPZrR9rB75taelcPjPneD2uysG1PBR3nelmfoFEiPClHdZnN4rOGNbp~5mUIObVANGsj6CttRE0esCtWQSUeN7VW9EDIku0wplM8X6dxcN1m2YFgUk8JnvGYOk-bC09Cn7WTX6Q5cKRHatRNRWb56V4HaNub0IaAOwNQK mz9td-DxPKxVfDAEQQpiPTLbP29DvSTHR1xkpMIIocnZkTfzMFn0zP8GtzaYwQ &amp;Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA">https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/34465804/Programa_Bolsa_Familia_Aproximacoes_e_Potencialidades-libre.pdf?1408306342=&amp;response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPrograma_Bolsa_Familia_Aproximacoes_e_Po.pdf&amp;Expires=1668629929&amp;Signature=V8lzhHcWg8fFU74j6lf6vrOPYHWgzvvSQAsUO70WrtfXC4c03LnKz7C-SL11KuR5fYMWkPTRZTnaIdrE7V0A6HFSaHtsqhlN3mARM6YP9I2SmiquuPZrR9rB75taelcPjPneD2uysG1PBR3nelmfoFEiPClHdZnN4rOGNbp~5mUIObVANGsj6CttRE0esCtWQSUeN7VW9EDIku0wplM8X6dxcN1m2YFgUk8JnvGYOk-bC09Cn7WTX6Q5cKRHatRNRWb56V4HaNub0IaAOwNQK mz9td-DxPKxVfDAEQQpiPTLbP29DvSTHR1xkpMIIocnZkTfzMFn0zP8GtzaYwQ &amp;Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA</a></p>
<p>Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.</p> <p>(2013)</p>	<p>CAMPELL O, Tereza et al.</p>	<p>Uma política pública nacional voltada ao enfrentamento da pobreza, visando garantir o acesso de todas as famílias pobres não apenas a uma renda complementar,</p>	<p>O Programa Bolsa Família tem se afirmado com uma experiência bem-sucedida devido à sua ampla cobertura e ótima focalização, e também aos relevantes impactos sobre as condições de vida</p>	<p><a href="https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19366/programa-bolsa-familia-uma-decada-de-inclusao.pdf?sequence=1">https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/19366/programa-bolsa-familia-uma-decada-de-inclusao.pdf?sequence=1</a></p>

		mas a direitos sociais.	da população beneficiária	
Proteção social e programas de transferência de renda: Bolsa-Família.  (2018)	DA FONSECA, Ana Maria Medeiros; ROQUETE, Claudio.	Através baixa segurança de direitos sociais que surgiram, na América Latina, os programas de transferência de renda e provavelmente residirá aí a grande dificuldade de inserção dos programas em uma coesa rede de proteção.	A permanente defesa do programa Bolsa-Família pelo presidente da República, assim como a insistência pela articulação federativa, tem sido decisivo para manter a expectativa sobre o papel que o programa pode desempenhar, tanto como uma política imediata de alívio e superação da miséria, quanto como uma política que pode institucionalizar-se como direito social.	<a href="https://www.nepp.unicamp.br/upload/documents/publicacoes/f92cb2db90dbf4d9d2b8203e89e98a5c.pdf#page=9">https://www.nepp.unicamp.br/upload/documents/publicacoes/f92cb2db90dbf4d9d2b8203e89e98a5c.pdf#page=9</a>
Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas.  (2012)	BENTO, António.	Saber exatamente em que consiste e que utilidade tem a revisão da literatura e outra é saber quando se deve concluir.	Quando um investigador se inicia no processo de revisão da literatura é pouco provável que o assunto tratado nunca tenha sido abordado por outra pessoa, pelo menos em parte ou de forma indireta.	<a href="https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/52171182/Revisaodaliteratura-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1669142944&amp;Signature=ZGu3jqvOdojLkkXbTDIj9PEqSz8g4RYfEOvKQ5bJi~FCuCG9F7CyPYvoz b2RVKZucvpgaBHV8DUSyhp-KOuzhaH2Ru6VGVxoOVO W~UM0oic4eCfeMROyhOcyROzB2zpqDkYoFJKueiuKvrwBh3kON1IX-6kMdfzGGi6gvsznWCI7tCg5VaAzXUwyuX0hQw6V5XTi41vOL1WWhqfHxbfIDuwfNggBEbFeewOGgTbjlZbat~GZ8clWAQ8uuZpTA1gJxcMbWxua7Xdt56Wp9w4gHP31rXrhyJvyiAjFv-YnXMx48gNxTKP6fjpQPJ6SVBMOEoEkY5Bb~SNh7f-Ng4Q &amp;Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA">https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/52171182/Revisaodaliteratura-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1669142944&amp;Signature=ZGu3jqvOdojLkkXbTDIj9PEqSz8g4RYfEOvKQ5bJi~FCuCG9F7CyPYvoz b2RVKZucvpgaBHV8DUSyhp-KOuzhaH2Ru6VGVxoOVO W~UM0oic4eCfeMROyhOcyROzB2zpqDkYoFJKueiuKvrwBh3kON1IX-6kMdfzGGi6gvsznWCI7tCg5VaAzXUwyuX0hQw6V5XTi41vOL1WWhqfHxbfIDuwfNggBEbFeewOGgTbjlZbat~GZ8clWAQ8uuZpTA1gJxcMbWxua7Xdt56Wp9w4gHP31rXrhyJvyiAjFv-YnXMx48gNxTKP6fjpQPJ6SVBMOEoEkY5Bb~SNh7f-Ng4Q &amp;Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA</a>

Conforme mostrado na tabela acima, pode-se perceber que existe vários artigos relacionados ao tema de pesquisa, onde os programas podem ser entendidos como uma resposta do Governo Federal a diversas propostas de implantação de programas de transferência de renda para a redução da pobreza.

#### 4.2 Pesquisa na base de dados Scielo

Para análise do material, um quadro sinóptico auxiliou a melhor identificação dos estudos que foram desenvolvidos na área proposta, com as devidas palavras-chave. Uma vez levantada a hipótese dos programas sociais e a redução da pobreza, cabe a esse tópico relacioná-los e investigar a existência dos artigos encontrados na base de dados.

Com relação aos anos de publicações, identificou-se artigos publicados nos últimos vinte dois anos. Os temas dos estudos estão relacionados aos programas sociais e redução da pobreza.

**Quadro 3 e 4:** Esquema sinóptico com síntese das referências encontradas na base de dados Scielo.

Quanto aos resultados encontrados na base de dados Scielo foram encontrados 32 artigos com as devidas palavras-chave, foram utilizados 09 artigos por estarem diretamente relacionados ao assunto.

Base de dados	Artigos encontrados	Artigos selecionados
Scielo	Foram encontrados na base de dados 32 artigos relacionados ao tema de pesquisa, usando as palavras-chave correspondente.	Foram selecionados na base de dados Scielo 09 artigos por estarem diretamente relacionados ao assunto e ao tema de pesquisa.

Título/Ano	Autores	Objetivo	Resultados/ Conclusão	Site
Avaliando resultados de um programa de transferência de renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os gastos das	RESEND E, Anne Caroline Costa; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo.	Analisar os efeitos de programas de transferências monetárias sobre os gastos totais bem como sobre seus componentes para as famílias	Os resultados estimados sugerem um efeito positivo das transferências monetárias sobre o consumo das famílias pobres beneficiárias. O fato de os recursos serem	<a href="https://www.scielo.br/j/ee/a/QhRzNk7V9gwrYPxpBMxP6Rc/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/ee/a/QhRzNk7V9gwrYPxpBMxP6Rc/?format=pdf&amp;lang=pt</a>

famílias brasileiras.  (2008)		beneficiárias no Brasil, através do programa Bolsa-Escola.	prioritariamente destinados a despesas com alimentos, educação, produtos de higiene e vestuário em detrimento de itens como bebidas e cigarros, despesas diversas e bens duráveis significa que, em alguma medida, estes recursos estão sendo gastos de forma eficiente.	
Efeitos dos programas de transferência de renda sobre a oferta de trabalho não agrícola na área rural da região Nordeste.  (2015)	NUNES, José Antonio; MARIANO, Jorge Luiz.	O objetivo do estudo é investigar se os programas sociais e de transferência de renda afetam as decisões dos filhos e dos pais de participação e de alocação de horas de trabalho em atividades não agrícolas.	Os resultados mostraram que os programas sociais têm influenciado, negativamente, a participação de pais e filhos na oferta de trabalho não agrícola.	<a href="https://www.scielo.br/j/res/r/a/bjyCSBynmzshpVPNJFNPYG/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/res/r/a/bjyCSBynmzshpVPNJFNPYG/?format=pdf&amp;lang=pt</a>
Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais.  (2009)	DUARTE, Gisléia Benini; SAMPAIO, Breno; SAMPAIO, Yony.	O objetivo é investir no capital humano, quebrando o ciclo intergeracional da pobreza.	Os resultados mostram que o valor médio das despesas anuais para as famílias beneficiárias supera em R\$ 246 os gastos totais das famílias não-participantes. Considerando que a média anual recebida por essas famílias é de R\$ 278, pode-se inferir que 88% desse valor é utilizado para consumo de alimento.	<a href="https://www.scielo.br/j/res/r/a/fggH8MjD8Cpf8nGK9sY59PQ/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/res/r/a/fggH8MjD8Cpf8nGK9sY59PQ/?format=pdf&amp;lang=pt</a>
Pobreza, desigualdade e políticas públicas:	SILVA, Maria Ozanira da Silva.	Traz com destaque as categorias pobreza e	Os gastos sociais, mesmo se ampliando, precisam chegar	<a href="https://www.scielo.br/j/rk/a/8BFXyRfRdVDYkLvvgKdMwxQ/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/rk/a/8BFXyRfRdVDYkLvvgKdMwxQ/?format=pdf&amp;lang=pt</a>

<p>caracterizam do e problematizando a realidade brasileira.</p> <p>(2010)</p>		<p>desigualdade para resgatar a implantação e o desenvolvimento das políticas públicas de corte social no Brasil. Para tanto, considera o quadro social brasileiro e os programas sociais direcionados, historicamente, para o enfrentamento da pobreza no país.</p>	<p>melhor aos mais necessitados, e as políticas sociais carecem de maior articulação entre si e com a política macroeconômica de geração de emprego e de distribuição da renda socialmente produzida.</p>	
<p>Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?.</p> <p>(2011)</p>	<p>MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabricio; CAMPOLLO, Guaracyane.</p>	<p>Os programas obtiveram êxito no combate a pobreza, controlando por outros determinantes tais como crescimento econômico, desigualdade de renda, anos médio de estudo, proporção de famílias chefiadas por mulheres e taxa de desemprego masculino para os estados brasileiros, no período de 2000 a 2008.</p>	<p>Esses resultados mostram que as políticas de diminuição da concentração de renda e de educação são importantes no combate à intensidade e severidade da pobreza. Por outro lado, se as políticas de crescimento do PIB e educação aumentarem a concentração da renda, elas podem apresentar impactos moderados ou até mesmo agravar a pobreza.</p>	<p><a href="https://www.scielo.br/j/rbe/a/zrGGrMjQGqTyJq3BNC9VVy/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/rbe/a/zrGGrMjQGqTyJq3BNC9VVy/?format=pdf&amp;lang=pt</a></p>
<p>Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável.</p> <p>(2000)</p>	<p>BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane.</p>	<p>Descrever a situação atual e a evolução da magnitude e da natureza da pobreza e da desigualdade no Brasil, estabelecendo inter-relações causais entre essas dimensões.</p>	<p>Este artigo procurou, por um lado, desenvolver uma descrição empírica exaustiva da estrutura da pobreza e da desigualdade no Brasil e, por outro, sugerir os marcos referenciais para a construção de estratégias consistentes de combate à</p>	<p><a href="https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WMrPqbymgm4VjGwZcJvFkx/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WMrPqbymgm4VjGwZcJvFkx/?format=pdf&amp;lang=pt</a></p>



			desigualdade e à pobreza.	
Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?  (2013)	PIRES, André.	Esse artigo objetiva refletir sobre estratégias de enfrentamento da pobreza a partir da exigência de frequência escolar mínima presente no desenho do programa de transferência de renda condicionada do governo federal Bolsa Família.	Os resultados dessa investigação levaram-me a considerar que as condicionalidades do PBF podem ser vistas como instauradoras de uma relação de troca e reciprocidade entre os beneficiários dessa política e o Estado.	<a href="https://www.scielo.br/j/en/esaio/a/RfwV74C88c6psWQ9ydZmbRw/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/en/esaio/a/RfwV74C88c6psWQ9ydZmbRw/?format=pdf&amp;lang=pt</a>
Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar.  (2010)	CACCIA MALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira.	Este trabalho analisa o impacto do Programa Bolsa Família sobre a incidência de trabalho infantil e a frequência escolar das crianças de famílias pobres no Brasil em 2004, segundo a situação censitária e regional.	Os resultados corroboram a eficiência do Programa Bolsa Família em elevar a frequência escolar das crianças; contudo, o Programa apresenta efeitos perversos sobre a incidência de trabalho infantil, elevando a probabilidade de sua ocorrência	<a href="https://www.scielo.br/j/rec/a/8hCwhrsHQHYBBjmFm6h6xqQ/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/rec/a/8hCwhrsHQHYBBjmFm6h6xqQ/?format=pdf&amp;lang=pt</a>
Revisão sistemática: uma revisão narrativa.  (2007)	CORDEIRO, Alexander Magno et al.	Realizar uma revisão narrativa sobre revisão sistemática.	Os temas mencionados nos estudos foram agrupados em duas categorias: aqueles que se reportavam à história da revisão sistemática e aqueles que definiam Medicina Baseada em Evidência, revisão sistemática e metanálise.	<a href="https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLgLPwcmV6Gf/?format=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLgLPwcmV6Gf/?format=pdf&amp;lang=pt</a>

O quando acima contou com os seguintes itens: título, ano de publicação, autores, base de dados, objetivo do estudo, resultados e conclusão para texto encontrado.

Diante dos resultados encontrados os programas sociais que existem ao longo dos anos ajudam as famílias brasileiras na redução da pobreza e promove uma queda na desigualdade de renda existente no Brasil, porém nos últimos dois anos houve um aumento da pobreza devido a pandemia que afetou as famílias brasileiras. Podemos evidenciar um número de artigos reduzido sobre o novo programa do Governo Federal, o Auxílio Brasil.

## 5. Discussões dos resultados

Diante dos resultados obtidos, podemos perceber que existe vários estudos relacionados ao tema de pesquisa, mas, podemos evidenciar o quanto os programas sociais ajudam na desigualdade social das famílias brasileiras.

Nesse contexto, emerge a visão de que a política pública teria um papel crucial a cumprir: prevenir, enfrentar e reduzir a situação de pobreza das famílias. Adquirem importância as políticas de perfil redistributivo, que criam redes de proteção social para populações mais pobres. No entanto, face ao fracasso de políticas de distribuição direta de bens na redução da pobreza no curto prazo, ocorre a substituição dos mesmos por programas de transferência direta de renda (DUARTE, SAMPAIO e SAMPAIO, 2009).

Essas reflexões permitem dizer que os Programas de Transferência de Renda representam na atualidade o principal componente na constituição do Sistema Brasileiro de Proteção Social, todavia algumas questões devem ser postas principalmente em relação às possibilidades de impactos futuros sobre a redução da pobreza no Brasil (SILVA, 2005).

Segundo Attanasio et. al (2004), o efeito positivo das transferências do programa sobre o consumo pode não ocorrer de forma imediata. Isso porque a renda disponibilizada pelo programa não necessariamente aumenta na mesma proporção que o montante da renda familiar, dadas as condicionalidades do programa que podem reduzir outras fontes de renda, como a proveniente do trabalho infantil. Entretanto, o resultado que se espera é que as transferências influenciem de forma positiva o consumo e, conseqüentemente, o bem-estar das famílias beneficiadas (DUARTE, SAMPAIO e SAMPAIO, 2009).

Percebe-se que diante dos resultados encontrados, os programas de transferência têm como objetivo diminuir a desigualdade social, e assegurar a sobrevivência de famílias em situação de pobreza, por meio da transferência de renda.

No Brasil, ao final do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1998, foi regulamentada a legislação que autorizava o Poder Executivo a conceder apoio financeiro a programas de renda mínima associados a ações socioeducativas instituídos por municípios que não dispusessem de recursos financeiros suficientes para financiar integralmente sua implementação (FONSECA e ROQUETE, 2018).

Posteriormente, em 2003, o Poder Executivo federal reuniu um conjunto de programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás, e Cartão-Alimentação) sob o Programa Bolsa Família (PBF). Beneficiando-se da existência do Cadastro Único (CadÚnico), atualmente o PBF é o maior programa de transferência de renda no Brasil, destinado às famílias que dispõem de baixos recursos, prevendo contrapartidas de acompanhamento da saúde e estado nutricional das gestantes e dos filhos, matrícula e 85% de frequência escolar de crianças na idade entre 7 e 15 anos, e a participação em programas de educação alimentar. Em outubro de 2008, o PBF transferiu às famílias pobres — renda familiar por pessoa de até R\$ 120,00 — o valor de R\$ 20,00 para cada criança entre 0 e 15 anos de idade, até o limite de três benefícios por família, além de um benefício variável no valor de R\$ 30,00 para cada jovem de 16 e 17 anos que frequenta a escola — limitado a dois benefícios por família. Além desse benefício variável, as famílias extremamente pobres — renda por pessoa de até R\$ 60,00 — têm direito ao recebimento de um benefício fixo, no valor de R\$ 62,00 (CACCIAMALI, TATEI e BATISTA, 2010).

Entre a metade do segundo governo e no último ano de governo, porém, foram lançados os programas Bolsa-Escola (Ministério da Educação), Bolsa-Alimentação (Ministério da Saúde) e Auxílio-Gás (Ministério de Minas e Energia). O governo Lula, por sua vez, lançou o Programa Cartão-Alimentação (um plus de renda aos beneficiários dos demais programas) e em outubro de 2003, o governo federal instituiu o programa Bolsa-Família, reunindo os programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio- Gás e Cartão-Alimentação, criados entre 2001 e 2003 (FONSECA e ROQUETE, 2018).

Para Rocha (2015), enquanto o Bolsa-Escola beneficiava as famílias de baixa renda com crianças em idade escolar (de 6 a 15 anos), o Bolsa-Alimentação atendia àquelas na faixa etária de até 7 anos. Os dois programas tinham diversos traços comuns: utilizavam para delimitação da população-alvo um critério de renda, a saber, renda familiar per capita abaixo de meio salário mínimo; ancoravam o programa em unidades do serviço público, respectivamente, rede escolar e de saúde; e realizavam pagamento mensal diretamente ao beneficiário (preferencialmente a mãe da família) por meio de cartão magnético. Em ambos os casos o benefício era de R\$ 15 por criança, no limite de três benefícios — isto é, R\$ 45 — por família.

O Programa Bolsa Escola, quando implantado, tinha como objetivo elevar a participação escolar das crianças pertencentes aos domicílios com renda mensal inferior a R\$ 100, por meio do repasse de um valor mensal por criança em idade escolar. Pretendia-se investir em capital humano, quebrando o ciclo intergeracional da pobreza. O Bolsa Alimentação, por sua vez, buscava estimular gestantes, nutrizese crianças menores a participarem de atividades ligadas à área da saúde, englobando consultas pré-natal e pós-parto bem como programas educativos de aleitamento materno e alimentação saudável, reforçadores da melhoria do capital humano. Para tal, ofereciam uma transferência condicionada à família e à criança participante (DUARTE, SAMPAIO e SAMPAIO, 2009).

No início de 2004, criou-se o Programa Bolsa Família, o qual incorporou o Bolsa Escola e outros como o Bolsa Alimentação, centralizando a administração de todos os dispositivos de transferência de renda direta do governo federal. Em 2005, o Bolsa Família foi expandido, atingindo cerca de 7 milhões de famílias. Objetivou-se atender a dois grupos: o de famílias com renda per capita mensal inferior a R\$ 50 sem nenhuma condicionalidade e o de famílias com uma renda per capita mensal entre R\$50 e R\$ 100 com crianças de até cinco anos. Até agosto de 2006, os domicílios selecionados pelo programa recebiam de R\$ 15 a R\$ 95. Para as famílias com renda inferior a R\$ 50, o valor mensal recebido era de R\$ 50 mais R\$ 15 por criança, sendo que para as famílias com renda per capita inferior a R\$ 100, tal benefício era concedido para, no máximo, três crianças (DUARTE, SAMPAIO e SAMPAIO, 2009).

Os programas sociais foram se aperfeiçoando ao longo dos anos, voltado para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, associado ao repasse de famílias beneficiárias, e é atualmente a política que combate a fome de muitos brasileiros. E assim, podemos perceber a importância dos programas de transferência de renda para as famílias beneficiadas, e assim, promover a redução da pobreza dessas famílias.

Foi fixado como meta para 2003 o atendimento de 3,6 milhões de famílias, com aplicação de recursos no valor de 4,3 bilhões de reais, com previsão de um investimento de 5,3 bilhões em 2004. Até 2006, devem ser atendidas 11,4 milhões de famílias, representando cerca de 50 milhões de pessoas, aproximadamente o universo de pessoas em situação de pobreza no país. Essas metas vêm sendo superadas, de modo que em dezembro de 2004, o Bolsa Família já estava sendo

implementado em 5.533 dos 5.561 municípios brasileiros (99,50%), atendendo 6.571.842 famílias, com benefício médio por família de R\$ 66,93 (SILVA, 2005).

Ainda na concepção de Duarte, Sampaio e Sampaio (2009), O Bolsa Família, assim como os programas anteriores de transferência de renda, partiu da constatação de que os níveis de pobreza da população brasileira não apresentaram nenhuma redução significativa nas últimas décadas do século passado (XX). Entre os motivos destacam-se o alto nível de desigualdade de renda e a estagnação do PIB, principalmente no período de 1980 a 1993. Somente com a implantação do Plano Real, em 1993, é que a economia brasileira ganhou mais estabilidade, resultando em um crescimento significativo de 11,61% no PIB nacional e afetando positivamente os níveis de pobreza. Daquele ano até 1999, o percentual de pobres no País reduziu-se em sete pontos percentuais. No entanto, 29% da população ainda vivia com renda per capita abaixo da linha de pobreza. Quando comparado a países com nível semelhante de desenvolvimento, o grau de pobreza no Brasil é bastante elevado (CAMARGO, 2003). Por fim, alguns apontamentos se fazem necessários. O primeiro deles reside em reconhecer a importância de um programa social como o Bolsa Família. Este possibilita reflexões de como uma política pública pode ter diversos desdobramentos e possibilidades de análises. No que tange esse artigo, é central reconhecer que a partir do Programa Bolsa Família há possibilidade de repensar as relações de gênero, principalmente em sua potencialidade de desestabilizar os arranjos e as reproduções sociais ancoradas na dicotomia público/privado, permitindo que as mulheres dessas famílias beneficiárias circulem por outros lugares além dos já fadados historicamente a elas (CRUZ, 2014).

O Programa Bolsa Família é um programa direcionado a transferência de renda promovendo o alívio imediato da pobreza, facilitando o acesso ao famílias, tentando suprir a desigualdade social, e possibilitando a melhoria da qualidade de vida da população mais vulnerável, sendo o programa que teve mais êxito durante todos os programas já existentes.

Quanto aos programas de transferência condicionada de renda, o Bolsa Família é apontado como o principal deles, sendo responsável por grande parcela do orçamento social do governo federal e visto como um dos instrumentos fundamentais para a redução das disparidades existentes no Brasil, uma vez que beneficia famílias

pobres e extremamente pobres com o objetivo de combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional dos beneficiados (BAPTISTELLA, 2020).

Entendo que as condicionalidades postas pelos Programas de Transferência de Renda, instituídas por governos municipais, estaduais e federais e reafirmadas, fortemente pelo principal Programa federal, o Bolsa Família, mesmo com a intencionalidade de garantir acesso a direitos sociais básicos no sentido de potencializar impactos positivos sobre a automização das famílias atendidas pelos Programas, apresentam problemas e desafios a serem considerados. Primeiro, ferem o princípio da não condicionalidade peculiar ao direito de todo cidadão a ter acesso ao trabalho e a programas sociais que lhe garantam uma vida com dignidade; segundo os serviços sociais básicos oferecidos pela grande maioria dos municípios brasileiros são insuficientes, quantitativa e qualitativamente, para atender às necessidades das famílias atendidas pelos Programas de Transferência de Renda. Além da instituição de uma transferência monetária, implicam e demandam na expansão e democratização de serviços sociais básicos de boa qualidade, que uma vez disponíveis seriam utilizados por todos, sem necessidade de imposição e obrigatoriedade. O que poderia ser desenvolvido seriam ações educativas, de orientação, encaminhamento e acompanhamento das famílias para a adequada utilização dos serviços disponíveis (SILVA, 2005).

Assim, diante dos resultados esperados, os estudos mostram o quanto os benefícios contribuem na redução da pobreza, e contribuem na vida da população de baixa renda, um dos principais programas que está ligado a essa redução é o Programa Bolsa Família, que foi criado, e é um programa de transferência de renda, que tem como objetivo de contribuir na redução das desigualdades sociais.

Os resultados mostram que os estudos sobre o Auxílio Brasil tiveram um aumento da pobreza durante a pandemia que ocorreu em decorrência ao covid-19.

De toda forma, o crescimento na taxa de pobreza ficou muito aquém do projetado no início da crise sanitária por organizações internacionais e pesquisadores, que previram um aumento da pobreza de 5 milhões de famílias. Ademais, também demonstrou que o mecanismo de zeragem da fila adotado pelo Auxílio Brasil mais do que compensou esse aumento na demanda por programas sociais gerado pela covid-19 (FIGUEIREDO, 2022).

Segundo a OMS, em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. Essa decisão aprimora a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus.

Em decorrência da COVID-19, foi criado o auxílio emergencial, para ajudar as famílias em situação de vulnerabilidade durante o período de pandemia, logo em seguida o Governo Federal criou o novo programa de transferência de renda, o Auxílio Brasil que é destinada as famílias de pobreza ou extrema pobreza, permanecendo no lugar do antigo Bolsa Família.

## **6. CONCLUSÃO**

O presente trabalho foi elaborado com o objetivo de investigar os programas sociais e a redução da pobreza, os mesmos são programas do governo federal que foram criados com a finalidade de tentar suprir as necessidades das famílias brasileiras em situação de pobreza ou extrema pobreza. Para isso, foi necessário pesquisar vários estudos sobre o tema, entre os anos de 2000 a 2022. Contudo, as pesquisas analisadas demonstraram que os programas sociais foram criados com o mesmo objetivo, para ajudar na redução da pobreza, reduzir a desigualdade social, através do acesso a renda os beneficiários.

Contudo, apesar do estudo conseguir fazer a relação em os programas sociais e a redução da pobreza, os resultados desse estudo foram atingidos, tendo em vista que, percebemos que nos últimos dois anos houve um aumento a pobreza, devido a pandemia que afetou a população, em decorrência a covid-19, passando a ser criado o Auxílio Brasil, programa de transferência de renda, que ainda é um assunto novo nas pesquisas acadêmicas, e com isso, ocasionou o baixo alcance de artigos científicos, deixando os resultados e as discussões parcialmente vagos, e com isso, dificultando o alcance total do objetivo.



Respeitando-se as limitações desse estudo, aponta-se para a necessidade de que sejam desenvolvidas mais pesquisas que possam melhor compreender o Auxílio Brasil uma vez que, que ocasionou o crescimento da pobreza.

## REFERÊNCIAS

- BAPTISTELLA, Juliana Carolina Frigo. **Avaliação de programas sociais: uma análise do impacto do Programa Bolsa Família sobre o consumo de alimentos e status nutricional das famílias.** Revista Brasileira de Avaliação, v. 3, p. 26-53, 2020.
- BARRETO, Flávio Ataliba Flexa Daltro. **Crescimento econômico, pobreza e desigualdade de renda: o que sabemos sobre eles?.** 2005.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** 2001.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável.** Revista brasileira de ciências sociais, v. 15, p. 123-142, 2000.
- BENTO, António. **Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas.** Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira), v. 7, n. 65, p. 42-44, 2012.
- BIAZOTTO, Ana Lídia; NETO, Francisco Anuatti. **Uma avaliação dos impactos potenciais do " auxílio-gás".** 2004. Tese de Doutorado. FEARP/USP.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália Ferreira. **Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar.** Revista de Economia Contemporânea, v. 14, p. 269-301, 2010.
- CAMPELLO, Tereza et al. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Ipea, 2013.
- CASTRO, Jorge Abrahão de Organizador; MODESTO, Lúcia Organizador. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios.** 2010.
- COHN, Amélia. **Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil.** Estudos e Pesquisa, n. 85, 2004.
- CORDEIRO, Alexander Magno et al. **Revisão sistemática: uma revisão narrativa.** Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, v. 34, p. 428-431, 2007.
- COUTO, Berenice Rojas et al. **O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil,** p. 205-217, 2009.
- CRUZ, L. R. **Programa Bolsa Família: Aproximações e potencialidades.** 2014.
- DA FONSECA, Ana Maria Medeiros; ROQUETE, Claudio. **Proteção social e programas de transferência de renda: Bolsa-Família. PROTEÇÃO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA,** 2018.
- DELGROSSI, Mauro et al. **A Estratégia Fome Zero do Brasil. Do Fome Zero ao Zero Hunger,** p. 20, 2019.
- DUARTE, Gisléia Benini; SAMPAIO, Breno; SAMPAIO, Yony. **Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais.** Revista econômica e sociologia rural, v. 47, p. 903-918, 2009.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de. **Programa Auxílio Brasil: ampliação da cobertura, reajuste do valor do benefício e as suas interações com o mercado de trabalho formal.** 2022.

MARINHO, Emerson; LINHARES, Fabricio; CAMPELO, Guaracyane. **Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil?**. Revista Brasileira de Economia, v. 65, p. 267-288, 2011.

NUNES, José Antonio; MARIANO, Jorge Luiz. **Efeitos dos programas de transferência de renda sobre a oferta de trabalho não agrícola na área rural da região Nordeste.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 53, p. 71-90, 2015.

PIRES, André. **Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família?**. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 21, p. 513-531, 2013.

RESENDE, Anne Caroline Costa; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. **Avaliando resultados de um programa de transferência de renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os gastos das famílias brasileiras.** Estudos Econômicos (São Paulo), v. 38, p. 235-265, 2008.

ROCHA, Sonia. **Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda.** Revista de Economia Contemporânea, v. 9, n. 1, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Os programas de transferência de renda e a Pobreza no Brasil: superação ou regulação?**. 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira.** Revista Katálysis, v.13, p. 155-163, 2010.